

Paula Vergili Pérez ¹,
Mariângela Brito Freiberger ²,
Ubirajara Contro Malavasi ³,
Marinelva Curti ³,
Marlene de Matos Malavasi ³

**A AGRICULTURA URBANA NA SEDE DO
MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO
RONDON**

RESUMO: O uso de lotes urbanos não-edificados para a produção agrícola na sede do município de Marechal Cândido Rondon foi diagnosticado por entrevistas a uma amostra dos proprietários ou usuários dos 3.897 lotes existentes. Um questionário com vinte e duas questões foi utilizado para a coleta de informações. A produção de hortaliças e frutas para consumo próprio e a atividade de lazer que a propriedade agrícola proporciona foram as justificativas mais frequentes para o uso dos lotes. Os cultivos mais comuns de acordo com o diagnóstico são: mandioca, milho, amendoim, feijão, batata-doce, abóbora, alface, laranja, limão, banana e manga.

PALAVRAS-CHAVE: uso agrícola, lote não-edificado, produção agrícola.

ABSTRACT: The use of urban non-built lots for agricultural production at the city of Marechal C. Rondon was diagnosed with interviews to a sample of lot owners or users of the existing 3,897 lots. A questionnaire with twenty-two questions was used for gathering information. The production of vegetables and fruits for their own use, and leisure provided by the agricultural work were the most frequent reasons for use of the lots. The most common crops according to the diagnosis are cassava, corn, peanuts, beans, sweet-potato, pumpkin, lettuce, orange, lemon, banana and mango.

KEYWORDS: Agricultural use, non-built lot, agricultural production.

Data de recebimento: 17/07/08. Data de aceite para publicação: 24/09/08.

¹ Mestranda PPGAM, Unioeste, Centro de Ciências Agrárias, Campus de Marechal Cândido, (0xx)45 3284-7878, Rua Pernambuco 1777, Marechal Cândido Rondon, PR, CEP 85960-000 e-mail: paula_agronoma@hotmail.com

² Discente Agronomia, Unioeste, Centro de Ciências Agrárias, Campus de Marechal Cândido, PR.

³ Professor da Unioeste, Centro de Ciências Agrárias, Campus de Marechal Cândido, PR.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana, realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade ou no seu entorno, destina-se à produção para consumo próprio ou para a venda em pequena escala em mercados locais. A agricultura urbana difere da atividade tradicional ou rural em vários aspectos: a área disponível para o cultivo é muito restrita; existe escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes ou produtores diretamente envolvidos; frequentemente não existe possibilidade de dedicação exclusiva à exploração agrícola; destina-se, normalmente, ao consumo próprio; prevalece grande diversidade de cultivos; e, a finalidade da atividade é distinta, pois normalmente não é requisito para a agricultura urbana a obtenção de lucro financeiro (BAKKER, 2000). Segundo o mesmo autor, a agricultura urbana possibilita a produção em escala comercial, especializada ou diversificada, tornando-se uma opção para a geração de renda, além de favorecer a infiltração de água no solo, diminuir o aumento de água nas vias públicas e contribuir para a diminuição da temperatura, devido à ampliação da área plantada em que a utilização racional do espaço confere excelentes valores estéticos, valorizando, inclusive, os imóveis.

A agricultura urbana possibilita ainda o incremento da quantidade e da qualidade de alimentos disponíveis para consumo próprio com a utilização de resíduos e rejeitos domésticos, tanto na forma de composto orgânico para adubação como na reutilização de embalagens para formação de mudas, melhor aproveitamento de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo, entulhos e/ou o crescimento desordenado de plantas daninhas, onde poderiam abrigar-se insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana.

Para Lutzemberger (2004), todas as pessoas envolvidas com a produção e consumo dos produtos oriundos da agricultura urbana passam a deter maior conhecimento sobre o meio ambiente, aumentando a consciência da conservação, aliada à educação ambiental e à recreação, restabelecendo o elo entre o homem e a natureza. Isso proporciona melhoria da qualidade de vida e prevenção ao estresse, elimina o risco de consumir ou manter contato com produtos que possuam resíduos de defensivos agrícolas; valoriza a produção local de alimentos e outras plantas úteis como medicinais e ornamentais, fortalecendo a cultura popular de uma população de origem rural. Na agricultura urbana, cultivam-se quaisquer culturas agrícolas de interesse, desde que o ambiente satisfaça suas exigências climáticas.

Dados da FAO (1999) mostram que os agricultores urbanos abastecem 45% do consumo de vegetais em Hong Kong, 50% em Karachi Paquistão, 85% em Xangai. Na Ásia, 50% das famílias urbanas praticam a agricultura urbana. No Canadá e nos Estados Unidos, esse dado é de 25%. Em Moscou, 65% praticam agricultura urbana. Continuam existindo problemas e conflitos no planejamento urbano. A transformação na atitude de modelos de ocupação do solo proibitórios para modelos permissivos ou facilitadores nas cidades praticamente não tem se materializado ou formalizado no contexto nacional inviabilizando a integração da agricultura urbana.

De acordo com informações da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, existem 3.897 lotes não edificados na sede do município constantes no cadastro imobiliário fiscal. Até o presente momento, não existe legislação que conceda benefícios fiscais aos imóveis com cultivo agrícola nem que incentive o uso agrícola dos lotes não-edificados. A responsabilidade pela limpeza desses lotes é do proprietário, do titular do domínio útil ou do seu possuidor a qualquer título (Ofício nº 010/2004 – Departamento de Tributação).

O presente trabalho objetivou diagnosticar a agricultura urbana na sede do município de Marechal Cândido Rondon, PR por meio da identificação e quantificação dos tipos de produtores e áreas utilizadas para a prática desta atividade.

MATERIAL E MÉTODOS

O município de Marechal Cândido Rondon localiza-se na latitude de 24° 33' S, longitude de 54° 04' W, altitude 400 m, na região Oeste do Estado do Paraná. De posse do mapa da sede do município, um ponto inicial na interseção perpendicular entre ruas da sede foi sorteado aleatoriamente, a partir do qual foram demarcados sistematicamente sessenta pontos, distanciados em 1.000 m entre si. A amostra representou 10% do total de interseções entre ruas e avenidas; devido à inexistência de amostragem anterior, o percentual acima foi considerado arbitrariamente suficiente. A demarcação dos pontos de amostragem orientou-se no sentido leste-oeste dentro dos limites da sede do município reconhecidos pela prefeitura. As entrevistas foram realizadas sempre no período diurno com até três visitas ao local para contato direto com o proprietário ou usuário.

Foram realizadas entrevistas com os produtores do lote pela aplicação de um questionário com dezesseis questões de múltipla

escolha e seis questões do tipo abertas. Esta metodologia permitiu acompanhar as respostas dos entrevistados, revelando informações quantitativas e qualitativas para o diagnóstico. Em cada ponto de amostragem foi aplicado o questionário a apenas um dos lotes não-edificados que apresentaram agricultura urbana localizados em cada uma das quatro quadras de cada interseção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados quarenta e três agricultores urbanos em trinta e oito das sessenta interseções relativas ao total dos pontos de amostragem. Encontrou-se um total de vinte e três lotes não edificados nas interseções e em vinte e duas das interseções não havia a presença de agricultura nos lotes não-edificados.

Conforme as respostas obtidas, pode-se afirmar que a agricultura urbana na sede do município de Marechal Cândido Rondon não se constituiu na principal atividade dos produtores responsáveis pelo uso do lote urbano. No que concerne ao uso da produção agrícola urbana, todos os entrevistados utilizam-na para consumo próprio. Apenas 12% vendem esporadicamente quando existem excedentes na produção.

Quando questionados quanto à posse do lote, constatou-se que 63% dos entrevistados são proprietários dos lotes urbanos nos quais exercem a atividade agrícola e que os 37% restantes não são proprietários dos lotes em que exercem a agricultura urbana. Dentre aqueles que não possuem o título do lote, a única forma de acordo existente com o proprietário é a manutenção da limpeza do lote.

Questionados sobre o uso de tecnologias agrícolas, as respostas pela maioria foram: a mão-de-obra familiar, a rotação de culturas, sementes próprias e a compra de sementes melhoradas.

Com relação aos ganhos, todos os entrevistados concordam que a exploração agrícola em lote urbano colabora com menos de 50% na renda familiar. Constatou-se, ainda, que nenhum dos entrevistados recebe assistência técnica rural; porém todos os entrevistados já foram agricultores antes de iniciarem suas atividades em lotes urbanos, sendo que 56% dos entrevistados exercem essa atividade há mais de cinco anos.

Nenhum dos entrevistados declarou estar cadastrado em alguma 'feira do produtor' ou qualquer outra entidade de assistência técnica rural. Apenas 21% dos entrevistados frequentaram algum curso relativo à produção vegetal de alimentos.

Quando questionados sobre os motivos que os levam a cultivar em lotes urbanos, as respostas obtidas indicaram que exercem essa atividade para controlar melhor a qualidade dos alimentos que a família consome, que não possuem possibilidades de cultivar em área rural, ou que o fazem por lazer.

Aferiu-se que 93% dos entrevistados não possuem qualquer tipo de controle da produção obtida da agricultura urbana. Porém, 70% dos entrevistados fazem algum tipo de planejamento da produção (como, anotações de datas de cultivo, gastos iniciais, definição da próxima espécie a ser utilizada). Mas, aqueles que o fazem, utilizam-se de um procedimento extremamente rústico e empírico. Referente à qualidade e aceitação pelos consumidores finais dos produtos provenientes da agricultura urbana, 77% dos entrevistados afirmam que os produtos têm boa aceitação entre as pessoas que os consomem.

Os agricultores entrevistados opinaram que existe diferença na qualidade e no sabor dos produtos da agricultura urbana. Os lotes urbanos utilizados para o exercício da agricultura urbana possuem área entre 100 e 600 m². Todos os entrevistados declararam ocupar 100% da área do lote com agricultura urbana. Dentro da área de grandes culturas comerciais, as espécies mais observadas e representativas são: mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays* L.) e feijão (*Phaseolus vulgaris*) devido à aptidão da região e também à facilidade de manejo relatada pelos agricultores urbanos durante as entrevistas. Outra área de destaque é a olericultura. Observou-se que as espécies mais utilizadas são: batata-doce (*Ipomoeae batatas*), cebola (*Allium cepa*), beterraba (*Beta vulgaris*), abóbora (*Cucúrbita pepo* L.) e alface (*Lactuca sativa*).

Essas informações assemelham-se às reportadas pelos produtores urbanos e periurbanos na Namíbia (DIMA e OGUNMOKUN, 2004). O cultivo mais comum naquele país é o milho verde (de 88% a 70%), enquanto a principal razão para a produção de hortaliças é o consumo próprio, para aumentar a segurança alimentar familiar e melhorar a situação nutricional. Da mesma maneira que no presente estudo, os produtos excedentes na Namíbia são dados de presente ou vendidos para gerar alguma renda. Depois do milho, os produtos mais comercializados são o tomate e a pimenta.

Referentes à fruticultura praticada nos lotes com agricultura urbana, encontraram-se as mais diversas espécies, entre as quais se destacam: laranja (*Citrus* sp.), limão (*Citrus limon* L.), banana (*Musa* sp.) e manga (*Mangifera indica* L.). Outra prática comum entre os entrevistados na agricultura urbana é o cultivo de plantas medicinais,

aromáticas e condimentares. Foram citadas 23 espécies. Verificou-se que as mais citadas foram: camomila (*Chamomolla recutita*), erva-cidreira (*Melissa officinalis*), capim limão (*Cymbopogon citrates*), macela (*Achyrocline satureioides*), boldo (*Plectrantus barbatus*), guaco (*Mikania glomerata*) e hortelã (*Mentha arvensis* L.). Pouco foi encontrado a respeito de floricultura, visto que apenas 2% se interessam por praticá-la. Dentre as espécies mais citadas, merecem destaque: boa-noite (*Catharanthus roseus*), alamanda (*Allamanda cathartica* L.), crisântemo (*Crysanthemum cinerariaefolium*), e margaridinha (*Tanacetum parthenium*).

CONCLUSÕES

Este diagnóstico permite concluir que todos os entrevistados já foram agricultores e que a agricultura urbana na sede do município de Marechal Cândido Rondon não se constitui na principal atividade. Toda a produção agrícola gerada por esta atividade é para consumo próprio dos entrevistados, sendo que 63% são proprietários dos lotes nos quais exercem a atividade agrícola. A única forma de acordo existente entre o proprietário e o produtor/usuário é para a manutenção da limpeza no terreno. Os motivos apontados pelos entrevistados para a prática da agricultura urbana na sede do município de Marechal Cândido Rondon são para melhor controlar a qualidade dos alimentos que a família consome, além de afirmarem que não possuem condições de cultivar em área rural e que a atividade possui um aspecto de lazer. Os cultivos mais comuns são mandioca, milho, amendoim, feijão, batata-doce, abóbora, alface, laranja, limão, banana e manga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKKER, N. et al. (Ed.). **Growing cities, growing food**: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung, 2000. 531 p.
- DIMA, S.J.; OGUNMOKUN, A.A. Agricultura urbana e periurbana na Namíbia. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 12, p. 44-6, 2004.

FAO. Committee on Agriculture. Issues in urban and peri-urban agriculture. Disponível em < http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076.HTM#P135_15324> . Acesso em: 02 fev. 2008.

LUTZEMBERGER, J. **Manual de ecologia:** do jardim ao poder. Porto Alegre: L&PM, 2004. v. 1.



Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber